



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IPORÁ (GO): UM ESTUDO QUANTITATIVO SOBRE O NÚMERO DE ESTUDANTES DIAGNOSTICADOS

Ana Cristina Batista Duarte¹; Jéssica Alves da Costa²; Wellydalion Dorneles Batista Borge³; Kênia Cristina Bueno Peixoto⁴

¹Secretaria de Educação Cultura, Desporto e Lazer, psicopedagoga.sme.ipora@gmail.com; ²Secretaria de Educação Cultura, Desporto e Lazer, jessica_alvescosta@hotmail.com; ³IF Goiano Campus Rio Verde, wellydalion@gmail.com; ⁴Secretaria de Educação Cultura, Desporto e Lazer, kcristinabueno76@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta no desenvolvimento da comunicação, das interações sociais e do comportamento das pessoas (Pontis, 2022). Por ser considerado um espectro, o Transtorno do Espectro Autista apresenta diferentes formas de manifestação e níveis de comprometimento, variando de acordo com cada indivíduo. Na maioria das vezes, as manifestações dos sinais surgem antes dos três anos de idade e afetam diversas áreas do desenvolvimento infantil.

Nos últimos anos, o número de diagnósticos de autismo tem aumentado em todo o mundo. Segundo o Centers for Disease Control and Prevention (CDC, 2025), a estimativa atual é de que uma em cada 31 crianças tenha o diagnóstico de TEA, o que mostra um crescimento significativo em relação aos dados anteriores. Esse aumento reforça a necessidade de que os sistemas de ensino estejam preparados para acolher e atender os estudantes autistas, garantindo o direito à educação inclusiva e equitativa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) assegura o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, respeitando as diferenças individuais. Assim sendo, é de suma importância que as escolas recebam apoio técnico e pedagógico e que os professores tenham formação continuada adequada para saberem lidar com a diversidade em sua sala de aula.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo identificar o número de estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista na rede municipal de ensino de Iporá (GO). A pesquisa busca contribuir para a reflexão sobre a importância da formação docente e das políticas públicas voltadas à inclusão, além de conhecer melhor a realidade local e suas necessidades.

METODOLOGIA DE PESQUISA



A pesquisa tem caráter quantitativo, pois trabalha com dados numéricos e análises estatísticas (Gil, 2002). Essa abordagem foi escolhida por permitir uma visão mais objetiva da situação estudada, facilitando a comparação dos resultados e a identificação de possíveis tendências.

Os dados foram coletados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer (SME) de Iporá, no setor da Equipe Multiprofissional da Educação Especial. Foram considerados o número total de estudantes matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I e o número de alunos com diagnóstico confirmado de TEA.

A análise foi feita por meio da comparação entre o total de matrículas e os casos de TEA registrados, relacionando os resultados com as médias mundiais apresentadas pelo CDC (2025). Dessa forma, foi possível entender o contexto local e avaliar o quanto os índices de Iporá se aproximam da realidade observada em outras regiões.

Essa metodologia foi adequada ao objetivo do trabalho, pois permite compreender o cenário atual do autismo na rede municipal de educação e contribuir com informações que possam orientar novas ações na área da educação especial e inclusiva.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação do ano de 2025, a rede municipal de Iporá conta com 3.444 estudantes matriculados cursando, sendo 124 com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. Isso representa aproximadamente 3,6% do total de alunos da rede municipal de educação.

Esse número está próximo da média divulgada pelo CDC (2025), que aponta a prevalência de 3,2% de crianças com TEA. Essa semelhança sugere que o município tem realizado um trabalho eficaz na identificação e acompanhamento dos estudantes com o transtorno, o que demonstra avanço nas políticas de inclusão do município.

Além disso, a Secretaria Municipal de Educação tem investido na formação de seus professores. No primeiro semestre de 2025, foi ofertado o curso “Educação Especial e Inclusiva: Práticas Baseadas em Evidências para uma Escola Acessível e Equitativa”, com carga horária de 60 horas, atendendo 180 docentes da rede municipal de educação, entre eles gestores, professores de apoio, coordenadores pedagógicos e professores de AEE. Essa iniciativa contribui para ampliar os conhecimentos sobre Educação Especial e Inclusiva e preparar melhor os profissionais da educação que lidam direto com esses alunos, para melhorarem sua prática no ambiente escolar, transformando a escola em um local mais acolhedor, empático e verdadeiramente inclusivo.



Conforme Mantoan (2015), a inclusão escolar só será verdadeira quando o professor compreender o papel da diversidade no processo educativo e desenvolve práticas pedagógicas que valorizam as diferenças e acreditem no potencial de cada educando. Isso reforça a importância da formação continuada e do trabalho colaborativo dentro das unidades escolares.

Os resultados mostram que Iporá tem avançado na consolidação de uma educação mais equitativa e inclusiva. No entanto, ainda existem muitos desafios, como a necessidade de ampliar as formações e garantir o acompanhamento constante dos alunos com TEA. A continuidade de políticas públicas e o fortalecimento das parcerias entre escolas e famílias são fundamentais para que a inclusão aconteça de forma efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo levantar o número de estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de ensino de Iporá (GO). A partir dos dados obtidos, foi possível perceber que a rede municipal de educação possui um índice de 3,6% de alunos com TEA, número que se aproxima das estimativas internacionais. Isso indica que há um reconhecimento crescente dos casos e um esforço contínuo na promoção da inclusão educacional.

Assim sendo, os resultados também comprovam o comprometimento da Secretaria Municipal de Educação com a formação dos professores e o desenvolvimento de práticas inclusivas nas unidades escolares do município. O curso ofertado no primeiro semestre deste ano de 2025, representa um passo importante para que os docentes compreendam as singularidades dos estudantes com TEA e possam praticar estratégias/metodologias pedagógicas mais adequadas e personalizadas.

Dessa forma, pode-se concluir que a rede municipal de ensino de Iporá tem buscado atender às exigências legais e pedagógicas da educação especial e inclusiva, embora ainda existam desafios a serem superados, como a ampliação da formação continuada e o fortalecimento do suporte técnico às escolas.

Em síntese, o estudo reforça a importância de conhecer a realidade local para planejar ações que garantam o direito ao acesso, participação, aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes da rede municipal de educação, valorizando as diferenças e construindo uma escola verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

Centers for Disease Control and Prevention – CDC. Dados e estatísticas sobre o transtorno do espectro autista. Rede de Monitoramento do Autismo e Deficiências do Desenvolvimento (ADDM) do CDC, de 15 de abril de 2025. Disponível em: < <https://www.cdc.gov/autism/data-research/index.html> >. Acesso em: 02 de abr. de 2025.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Diferenciar para incluir ou para excluir? Por uma pedagogia da diferença. EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Revista da Pró Inclusão/Associação Nacional dos Docentes de Educação Especial, v. 6, p.11-14, 2015. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/diferenciar-para-incluir-ou-para-excluir-por-uma-pedagogia-da-diferenca/>. Acesso em: 01 nov. 2025.

MICHELS, Maria Helena. A formação de professores em educação especial no Brasil: propostas em questão. Maria Helena Michels (Organizadora) – Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.

PONTIS, Marco. Autismo: o que fazer e o que evitar. Guia rápido para professores e professoras do Ensino Fundamental. Sbardelotto. Petrópolis, RJ, Vozes, 2022.